



2016

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



GOVERNO DO
TRABALHO
PAZ E
TRANSPARENCIA



Prefeitura Municipal de São Félix do Coribe

17/6/2016



Diário Oficial do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO CORIBE
ESTADO DA BAHIA

Lei Municipal Nº 375 de 17 de Março de 2011

Decreto 42 de 09 de Maio de 2012

ANO V

2016

São Felix do Coribe-Bahia, 17 de Junho de 2016 - Sexta-Feira.

Nº 000495

NOTÍCIAS	N/C
LEIS MUNICIPAIS.....	N/C
DECRETOS.....	01
PORTARIAS	N/C
AVISOS DE LICITAÇÕES.....	02
AVISOS DE ERRATAS DE LICITAÇÕES	N/C
ATOS DE HOMOLOGAÇÃO	N/C
QDD – QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA.....	N/C
EDITAIS	N/C
DISTRATO DE CONTRATOS.....	N/C
EXTRATOS DE CONTRATOS.....	N/C
RESUMOS DE CONTRATOS.....	N/C
RESUMOS DE ERRATA CONTRATOS	N/C
RESUMOS DE ADITIVOS	N/C
RESUMOS DE ADJUDICAÇÃO.....	N/C
RESUMOS DE DISPENSAS	N/C
RESUMOS DE INEXIBILIDADE.....	N/C
RESUMOS DE ERRATA DE INEXIBILIDADE	N/C
RESULTADO DE JULGAMENTOS.....	N/C
RESUMOS DE HOMOLOGAÇÃO	N/C
RGF - RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL	N/C
RREO - RELATÓRIOS RESUMIDOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	N/C
RESUMO FINANCEIRO	N/C
ATAS E RESOLUÇÕES	N/C
OUTROS ATOS.....	N/C
COMUNICADOS.....	02



DECRETOS

DECRETO N.º 818 de 16 de Junho de 2016.

Dispõe sobre Feriado Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Félix do Coribe, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado Feriado Municipal o dia 24 de Junho de 2016 como comemoração dos festejos juninos do São João.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Félix do Coribe, Estado da Bahia,

Em 16 de Junho de 2016.

MOACIR PIMENTA MONTENEGRO
Prefeito Municipal



AVISOS DE LICITAÇÕES

AVISO DE PUBLICAÇÃO

EDITAL DE CONCURSO DE PROJETOS N.º001/2016

O **MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO CORIBE - BAHIA**, torna pública a abertura e a realização do **Concurso de Projetos nº 001/2016**, com fundamento no Decreto Federal nº 3.100/99, observadas as normas gerais da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei nº 4.320/64 e da Lei Complementar nº 101/00, a fim de selecionar Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, como tal qualificada em conformidade com a Lei nº 9.790/99, para celebrar TERMO DE PARCERIA, objetivando a elaboração e execução de projeto da melhoria da qualidade da educação básica, na capacitação e formação complementar de educadores, conforme Edital e todos os seus anexos. Receberá as propostas a partir do período de 17 de junho de 2016, até a abertura do certame, no dia 04 de julho de 2016, às 9:00 horas. O Processo Administrativo está à disposição dos interessados para vistas. Prefeitura – Moacir Pimenta Montenegro - Prefeito. Fone 773491-2921. Em, 16.06.16.





AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial Edital nº028/2016 – objeto: onde se lê aquisição de tudo e coifa, leia-se aquisição de duto e coifa, e onde se lê edital/informações, cadastro no site www.cidadecompras.com.br, leia-se cadastro edital/informações, na Prefeitura Municipal de São Félix do Coribe, período no mesmo período anterior especificado. Trata-se de modalidade de licitação Pregão Presencial, permanecem todas as informações. Em 16.06.2016. Fone – 77-3491-2921. Benjamin Dourado – Pregoeiro.



Avenida Luis Eduardo Magalhães, S/N – Centro, São Felix do Coribe – Bahia.

www.saofelixdocoribe.ba.gov.br / Tel.: (77)3491-2921

E-mail: diario.official@saofelixdocoribe.ba.gov.br

ASSINATURA DIGITAL - ICP/BRASIL: 512493DFF165FCE5E02C4EE9A4A35AD1



DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º040/2016D

RATIFICAÇÃO

Em face do parecer supra, ratifico a Dispensa de Licitação n.º040/2016 ao tempo em que autorizo a contratação da empresa COSTA NETO CONSTRUÇÕES LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob n.º 02.772.763/0001-86, para executar os serviços de engenharia para locar 07(sete) poços tubulares com estudo geofísico no valor unitário de R\$1.500,00, perfazendo o valor total de R\$10.500,00 (dez mil e quinhentos reais). Em, 17 de junho de 2016 - MOACIR PIMENTA MONTENEGRO - Prefeito Municipal





RESUMO DO CONTRATO N.º223/2016

Contratante: MUNICIPIO DE SÃO FÉLIX DO CORIBE – BAHIA - CNPJ n.º 16.430.951/0001-30

Contratado: COSTA NETO CONSTRUÇÕES LTDA – ME, CNPJ n.º 02.772.763/0001-86

Objeto: Prestação de Serviços de Engenharia para locar 07(sete) poços tubulares com estudo geofísico no meio rural do Município de São Felix do Coribe.

Valor: R\$10.500,00

Data da Assinatura: 17/06/2016

Validade: 20 dias





COMUNICADOS SAAE



ABERTURA DE PREGÃO PRESENCIAL 004/2016

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto- SAAE de São Félix do Coribe, Estado da Bahia torna público que realizará as 09h00min no dia 30 de Junho de 2016, em sua sede na Rua Ananias Lessa Carneiro, s/n - Bairro Bela Vista, São Félix do Coribe - Bahia, Processo Licitatório 21/2016 referente Pregão Presencial 004/2016, tendo como Objeto **Aquisição de Combustíveis para Fornecimento de Gasolina Comum e Óleo Diesel, destinados ao abastecimento dos veículos ciclomotores e automotores da Autarquia,** conforme especificações contidas no edital e anexos, colocados a disposição dos interessados no endereço acima mencionado, de segunda a sexta-feira das 8:00h às 14:00h ou pelo tele/fax (77) 3491-1875 e no Diário oficial dos Municípios.

São Félix do Coribe - Bahia, 17 de Junho de 2016

Adelmo Pereira da Silva
Pregoeiro do SAAE



EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 004/2016

I. REGÊNCIA LEGAL			
LEI FEDERAL 10.520/02, SUBSIDIARIAMENTE A LEI 8.666/93 E LEI COMPLEMENTAR 123/2006 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014.			
II. ÓRGÃO INTERESSADO			
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO FÉLIX DO CORIBE - BAHIA			
III. MODALIDADE		IV. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº	
PREGÃO PRESENCIAL 004/2016		21/2016	
V. TIPO DE LICITAÇÃO		VI. FORMA DE ENTREGA	
MENOR PREÇO GLOBAL		ENTREGA PARCELADA	
VII. CRITÉRIO DE JULGAMENTO			
MENOR PREÇO GLOBAL			
VIII. OBJETO			
A presente Licitação tem por objeto Aquisição de combustíveis para fornecimento de Gasolina Comum e Óleo Diesel, destinados ao abastecimento dos veículos ciclomotores e automotores de propriedade do SAAE de São Félix do Coribe - Ba, conforme especificações, quantitativos e condições descritos no anexo I - Termo de referência.			
IX. LOCAL E DATA DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS, DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO E INÍCIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES.			
DATA: 30/06/2016 HORA: 09:00 HORAS LOCAL: SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - RUA ANANIAS LESSA CARNEIRO, S/N- BAIRRO BELA VISTA, SÃO FÉLIX DO CORIBE - BAHIA, CEP 47.665-000.			
X. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Unidade Gestora SAAE	Fonte 50	Projeto/Atividade 2.03 - Operação e Manutenção do Sistema de Água	Elemento de despesa 33.90.30.00- Material de Consumo
XI. PRAZO DE ENTREGA		XII. PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO NECESSÁRIO	
PARCELADA, MEDIANTE SOLICITAÇÃO DO SAAE		DISPENSADO.	
XIII. Local, horário e meio de comunicação para esclarecimentos sobre este Edital			
As informações e esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento do objeto desta licitação serão prestados pelo pregoeiro e sua equipe de apoio, diariamente, das 8:00 às 14:00h de segunda a sexta feira, no escritório do SAAE, RUA ANANIAS LESSA CARNEIRO, S/N - BAIRRO BELA VISTA, ou pelo e-mail:saaesfc@yahoo.com.br			
Pregoeiro responsável			
ADELMO PEREIRA DA SILVA Portaria n. 02/2016			



XIV - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

14.1. Somente serão admitidas a participar da licitação empresas que apresentarem os interessados credenciados, que atenderem a todas as exigências de habilitação contidas neste edital e seus anexos e que pertençam ao ramo de atividade pertinente o objeto licitado.

14. 2. Não será admitida a participação de empresas em consórcio nesta Licitação.

XV - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

15.1. O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, as disposições das Leis Federais nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Complementar 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

XVI - CREDENCIAMENTO

16.1. Reputa-se credenciada a pessoa física regularmente designada para representar a licitante no processo licitatório.

16.2 O credenciamento de sócios far-se-á através da apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, e no caso das sociedades por ações, acompanhado do documento de eleição e posse dos administradores.

16.3 O credenciamento de mandatários far-se-á mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular que contenha, preferencialmente, o conteúdo constante do modelo do **ANEXO III**, devendo ser exibida, no caso de procuração particular, a prova da legitimidade de quem outorgou os poderes.

16.4 Cada licitante poderá credenciar apenas um representante, ficando este adstrito apenas a uma representação.

16.5 A Declaração do licitante de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme modelo constante do **Anexo V**.

16.6 Iniciada a sessão pública do pregão, não cabe desistência da proposta.

XVII - PROPOSTA DE PREÇOS - ENVELOPE "A"



17.1 A Proposta de Preços deverá ser entregue em envelope lacrado, indevassável e rubricado pelo representante legal da empresa ou por seu mandatário identificado como Proposta de Preços, endereçada ao Pregoeiro, com indicação dos elementos constantes do item **III** deste Edital, além da Razão Social da empresa (modelo abaixo).

NOME DA LICITANTE PROPONENTE

AO

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

**ENDEREÇO: RUA ANANIAS LESSA CARNEIRO, S/N - BAIRRO BELA VISTA -
SÃO FÉLIX DO CORIBE-BAHIA.**

ENVELOPE A - "PROPOSTA DE PREÇOS"

LICITAÇÃO 004/2016 - PREGÃO PRESENCIAL

17.2. A proposta de preços deverá estar em original, datilografada ou digitada apenas no anverso, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, rubricada em todas as folhas, datada e assinada pelo representante legal da licitante, ou por seu mandatário, sendo necessária, nesta última hipótese, a juntada da procuração que contemple expressamente este poder.

17.3 Ocorrendo divergência entre o preço em algarismos e o valor em extenso, será levado em conta este último.

17.4. A proposta apresentada deverá incluir todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta licitação.

17.5. Os preços cotados deverão ser referidos à data de recebimento das propostas, considerando a condição de pagamento à vista, conforme solicitação do SAAE e entrega do material, não devendo, por isso, computar qualquer custo financeiro para o período de processamento das faturas.

17.6. A Proposta deverá vir acompanhada de especificações, que deverão estar de acordo com as descrições contidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

17.7 A proposta de preços terá prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data fixada no **item IX** para início da sessão pública, facultado, porém, aos proponentes estender tal validade por prazo superior.



17.8 Não será permitida previsão de sinal, ou qualquer outra forma de antecipação de pagamento na formulação das propostas, devendo ser desclassificada, de imediato, a proponente que assim o fizer.

17.9 Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste instrumento, nem propostas com preço unitário simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado.

17.10 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às condições e exigências deste Instrumento ou que consignarem valor global superior aos praticados no mercado ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.

17.11 A formulação da proposta implica para o proponente a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, tornando-o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.

XVIII- HABILITAÇÃO - ENVELOPE "B"

18.1. As licitantes deverão incluir no Envelope B - **HABILITAÇÃO** a seguinte documentação abaixo, que poderá ser apresentada: em original, cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original para ser autenticada pelo Pregoeiro ou sua equipe de apoio, em envelope lacrado, no qual possam ser identificados o nome ou razão social, modalidade, número e data da licitação, além da expressão Habilitação, podendo o Pregoeiro, antes da homologação, solicitar o documento original para verificação.

NOME DA LICITANTE PROPONENTE

AO

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

**ENDEREÇO: RUA ANANIAS LESSA CARNEIRO, S/N - BAIRRO BELA VISTA -
SÃO FÉLIX DO CORIBE - BAHIA.**

ENVELOPE B - "DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO"

LICITAÇÃO 004/2016 - PREGÃO PRESENCIAL

18.2. Na habilitação exigir-se-á dos interessados:

18.2.1. A **Habilitação Jurídica** será comprovada mediante a apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em

Avenida Luis Eduardo Magalhães, S/N - Centro, São Felix do Coribe - Bahia.

www.saofelixdocoribe.ba.gov.br / Tel.: (77)3491-2921

E-mail: diario.official@saofelixdocoribe.ba.gov.br

ASSINATURA DIGITAL - ICP/BRASIL: 512493DFF165FCE5E02C4EE9A4A35AD1



vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado da documentação pertinente à investidura de seus atuais administradores nos respectivos cargos.

18.3. A **Regularidade Fiscal** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuinte Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual;
- d) Prova de Regularidade para com a Secretaria da Fazenda Municipal do município de origem do licitante.
- e) Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal através de certidão expedida pela Secretaria da Receita Federal e certidão da Dívida Ativa da União emitida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;
- f) Prova de Regularidade relativa a Seguridade Social (INSS), mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos/CND.
- g) Prova de Regularidade para com o FGTS, mediante apresentação de Certidão Negativa do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
- h) Prova de Inexistência de Débitos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa.

18.4. Da Regularidade Fiscal das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014:

- a) As microempresas e empresas de pequeno porte, beneficiárias do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar n. 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- b) Nesta hipótese, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- c) A não - regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo



das sanções previstas na Lei Federal 10.520/2002, especialmente a definida no art.7º.

18.5. A Qualificação Econômica Financeira será comprovada mediante a apresentação do seguinte documento:

a) certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante nos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da apresentação das propostas;

18.6. DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MENOR NO QUADRO DA EMPRESA

18.6.1. Declaração do cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, através da apresentação de declaração que comprove a inexistência de menor no quadro da empresa conforme o modelo do **Anexo VI**.

XIX- PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

19.1. FASE INICIAL

19.1.1. A partir do horário previsto no Edital, terá início a sessão pública do pregão, com a divulgação das propostas de preços recebidas e em consonância com as especificações e condições detalhadas pelo edital.

19.1.2 Iniciada a sessão pública do pregão e efetuada a entrega dos **Envelopes A e B**, com a respectiva documentação, não cabe desistência da proposta.

19.1.3 A abertura dos envelopes relativos aos documentos das propostas e de habilitação será realizada sempre em ato público, do qual se lavrará ata circunstanciada assinada pelos licitantes e pelo pregoeiro.

19.1.4 O pregoeiro procederá à abertura dos **Envelopes A**, conferirá e examinará as propostas neles contidas, bem como a regularidade das mesmas.

19.1.5 Havendo necessidade de apresentação de demonstração de compatibilidade do bem, o pregoeiro fixará prazo para sua realização/apresentação, devendo ser notificados todos os participantes, ficando esclarecido que a desconformidade e incompatibilidade da amostra com os requisitos e especificações do instrumento convocatório implicará na desclassificação da proposta e que a não apresentação será reputada desistência, com as consequências estabelecidas em lei.



19.1.6 O pregoeiro, após o exame e conferência das propostas, classificará a de menor preço e aquelas que tenham apresentado valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) relativamente à de menor preço.

19.1.7 Quando não forem verificadas, no mínimo, 03 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no item anterior, o pregoeiro classificará as propostas subseqüentes de menor preço, até o máximo de 03 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

19.1.8 No caso de empate entre duas ou mais propostas, o pregoeiro selecionará todas as propostas em condições de igualdade para a etapa competitiva de lances verbais.

19.1.9 Havendo apenas uma proposta, desde que atenda a todas as condições do edital e esteja com o preço compatível com os praticados no mercado, esta poderá ser aceita, devendo o pregoeiro negociar, visando obter preço melhor.

19.1.10 Quando todas as propostas escritas forem desclassificadas, o pregoeiro suspenderá o pregão e estabelecerá uma nova data, com prazo não superior a 03 (três) dias úteis, para o recebimento de novas propostas.

19.2 ETAPA COMPETITIVA DE LANCES VERBAIS

19.2.1 Após a classificação das propostas, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes selecionados, que deverão, de forma sucessiva e distinta, apresentar seus lances, a começar com o autor da proposta selecionada de maior preço e seguido dos demais, em ordem decrescente, até que não haja mais cobertura da oferta de menor valor.

19.2.2 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

19.2.3 Caso não se realize lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

19.2.4 Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o pregoeiro examinará a aceitabilidade de todas as propostas classificadas, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.



19.2.5 Em caso de empate será assegurada nos termos da Lei complementar nº 123/06 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, beneficiárias do regime diferenciado e favorecido, nos termos que se seguem:

19.2.5.1 Entende-se por *empate* as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

19.2.5.2 Nesta hipótese, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

19.2.6 O direito a ofertar proposta de preço inferior somente será deferido às licitantes que estejam presentes na sessão e deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

19.2.7 Sempre que houver sorteio deverá ser lavrada ata específica.

19.2.8 Sendo aceitáveis as propostas, o pregoeiro dará início à fase de habilitação com a abertura do envelope contendo a documentação de todas as proponentes, confirmando as suas condições de habilitação.

19.2.9 Constatado o atendimento pleno às exigências do edital, o licitante habilitado será declarado vencedor.

19.2.10 Se a oferta não for aceita ou se o licitante desatender às exigências de habilitação, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda às condições estabelecidas neste edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

19.2.11 A existência de restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte sujeitas ao regime da Lei Complementar nº 123/06 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 não implica a inabilitação automática da licitante.

19.2.12 O pregoeiro, juntamente com a equipe de apoio, lavrará ata circunstanciada da sessão, na qual serão registrados, dentre outros, os seguintes elementos: os licitantes credenciados; as propostas escritas e os lances verbais apresentados, na ordem de classificação; a análise da documentação exigida para habilitação; os recursos interpostos e demais ocorrências relevantes.



19.2.13 A Ata da sessão deverá ser assinada pelo pregoeiro, equipe de apoio e licitantes presentes.

19.2.14 Para a contratação, será observada, em caso de negociação, proposta de preços readequada ao que foi ofertado no lance verbal, que deverá guardar compatibilidade com a proposta escrita.

19.2.15 Serão registrados em Ata todos os preços propostos pelos licitantes habilitados, de acordo com a ordem de classificação obtida, em conformidade com o tipo de licitação definido neste edital, desde que atenda a todos os requisitos exigidos para o pleno atendimento às condições deste instrumento, podendo ser registrados vários preços para o mesmo objeto, material ou serviço.

19.2.16 Na hipótese de cotação inferior à quantidade demandada, serão registrados em Ata os preços de todos os licitantes classificados e publicados na imprensa Oficial do Município, até que seja atingido o total licitado do material ou serviço em função da capacidade de fornecimento do bem ou da realização do serviço.

19.2.17 Em nenhuma hipótese os preços cotados que se apresentarem superiores aos de mercado serão registrados.

XX - RECURSOS E IMPUGNAÇÕES

20.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

20.2 Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

20.3 Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

20.4 Declarado o licitante vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

20.5 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante para recorrer da decisão do pregoeiro importará a decadência do direito de recurso e conseqüentemente à adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.



20.6 Quando mantida a decisão, será realizado pelo Pregoeiro no prazo de até 03 (três) dias úteis a instrução e o encaminhamento dos recursos à autoridade superior.

20.7 A autoridade superior do órgão promotor do pregão terá o prazo de até 03 (três) dias úteis para decidir o recurso.

20.8 O recurso contra a decisão do pregoeiro terá efeito suspensivo.

20.9 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

XXI - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

21.1 Não havendo a manifestação de recurso, o pregoeiro adjudicará o objeto da licitação à proponente vencedora, para posterior homologação do resultado pela autoridade superior.

21.2 Ocorrendo à manifestação da interposição de recurso e decididos os recursos eventualmente interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade superior adjudicará o objeto licitado ao licitante vencedor, homologando, em seguida, o procedimento licitatório.

21.3 A homologação e a adjudicação do objeto desta licitação não implicarão direito à contratação.

XXII - CONTRATAÇÃO

22.1 O adjudicatário será convocado para assinar o termo do contrato e a respectiva Ordem de Compra, **no prazo de até 10 (dez) dias corridos**, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 8.666/93 e 10.520/02.

22.2 Às microempresas e empresas de pequeno porte beneficiárias do regime diferenciado e favorecido da Lei Complementar nº 123/06 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, que se consagram vencedoras do certame e que contem com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.



22.3 A não-regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93, especialmente a definida no art. 86, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, assegurando-se às microempresas e empresas de pequeno porte em situação de empate o exercício do direito de preferência.

22.4 Na hipótese da não contratação das microempresas e empresas de pequeno porte, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

22.5 Como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá manter todas as condições de habilitação.

22.6 A assinatura do contrato deverá ser realizada pelo representante legal da empresa ou mandatário com poderes expressos.

22.7 A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

22.8 As supressões poderão ser superiores a 25% desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

22.9. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, quando for o caso, as atualizações, compensações ou apenações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

XXIII - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

23.1. O pagamento devido à empresa vencedora do certame será efetuado, através de crédito em conta corrente ou boleto bancário, em até 10 (dez) dias após a apresentação do DANFE/Fatura e depois de atestada pelo Contratante o recebimento definitivo do objeto licitado.

23.2. Não será permitida previsão de sinal, ou qualquer outra forma de antecipação de pagamento na formulação das propostas, devendo ser desclassificada, de imediato, a proponente que assim o fizer.

XXIV- MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA - REVISÃO E REAJUSTAMENTO

24.1. Os preços são fixos e irreajustáveis.



24.2. A revisão de preços, nos termos do art. 65, II, d - Lei Federal 8.666/93, dependerá de requerimento do interessado quando visar recompor o preço que se tornou *insuficiente*, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo ser instaurada pela própria administração quando colimar recompor o preço que se tornou *excessivo*.

XXV - FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E RECEBIMENTO DO OBJETO

25.1. Compete ao Contratante proceder ao acompanhamento da execução do contrato, na forma do art. 67 da Lei Federal 8.666/93, ficando esclarecido que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do Contratante não eximirá a Contratada de total responsabilidade na execução do contrato.

25.2. O recebimento do objeto se dará segundo o disposto na Lei Federal 8.666/93, no art. 73, inciso II, com suas alíneas e parágrafos, sendo certo que, esgotado o prazo de vencimento do recebimento provisório sem qualquer manifestação do órgão ou entidade contratante, considerar-se-á definitivamente aceito pela Administração o objeto contratual, para todos os efeitos, salvo justificativa escrita fundamentada.

25.3. O objeto desta licitação será entregue de forma PARCELADA, conforme solicitação emitida pelo setor Administrativo do SAAE. Formulado o pedido do material, discriminadas as quantidades solicitadas, a Contratada deverá entregar imediatamente os produtos.

25.4. O objeto desta licitação poderá ser comprado ou não em sua totalidade. Esclarecemos que a compra será efetuada de acordo com as necessidades do Contratante na vigência do Contrato.

XXVI- PENALIDADES

26.1 Constituem ilícitos administrativos as condutas previstas nos arts. 89 e 90 da Lei Federal 8.666/93, sujeitando-se o infrator às cominações legais, especialmente as definidas no art. 87 do mesmo diploma, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

26.2 A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

I- Multa de 1% sobre o valor global do contrato, em caso de inexecução parcial o contrato;



II- A multa de mora será de 0,5 (meio por cento), por dia de atraso injustificado sobre o valor dos produtos não entregues na forma avançada, a partir da data em que deveria ser cumprida a obrigação, facultada ao Município, a rescisão unilateral do contrato.

III- Além da multa estipulada no inciso anterior, suspensão temporária por um ano de participação em licitação com a respectiva autarquia, em caso de inexecução total do contrato.

IV - Será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato a multa aplicável, cumulativamente ou não, no caso de inexecução total ou parcial do contrato.

26.2.1 A multa a que se refere este item não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na lei.

26.2.2 A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso caso tenha sido feita ou cobrada judicialmente, sendo certo que, se o seu valor exceder ao da garantia prestada - quando exigida, além da perda desta, a contratada responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente. Acaso não tenha sido exigida garantia, à Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido à contratada o valor de qualquer multa porventura imposta.

26.2.3 As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

26.2.4 Para a aplicação das penalidades previstas serão levados em conta a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos para a Administração Pública e a reincidência na prática do ato.

26.3 Será advertido verbalmente o licitante cuja conduta vise perturbar o bom andamento da sessão, podendo essa autoridade determinar a sua retirada do recinto, caso persista na conduta faltosa.

XXVIII - RESCISÃO

28.1. A inexecução, total ou parcial, deste contrato ensejará a sua rescisão, com as conseqüências contratuais previstas nas Leis nº. 10.520/02 e nº. 8.666/93.

Avenida Luis Eduardo Magalhães, S/N – Centro, São Felix do Coribe – Bahia.

www.saofelixdocoribe.ba.gov.br / Tel.: (77)3491-2921

E-mail: diario.official@saofelixdocoribe.ba.gov.br

ASSINATURA DIGITAL - ICP/BRASIL: 512493DFF165FCE5E02C4EE9A4A35AD1



28.2. O Contratante poderá rescindir administrativamente o respectivo Contrato, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93.

28.3. Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI do art. 78 da Lei 8.666/93, não cabe ao Contratado direito a qualquer indenização.

XXIX - REVOGAÇÃO - ANULAÇÃO

29.1. A licitação poderá ser revogada ou anulada nos termos do art. 49, da Lei 8.666/93, no seu todo ou em parte.

XXX - IMPUGNAÇÕES

30.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública do pregão, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão, cabendo ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de um (1) dia útil.

30.2. Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

XXXI- DISPOSIÇÕES GERAIS

31.1. A qualquer tempo, antes da data fixada para apresentação das propostas, poderá o pregoeiro, se necessário, modificar este Edital, hipótese em que deverá proceder à divulgação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

31.2. O pregoeiro poderá, em qualquer fase da licitação, suspender os trabalhos, procedendo ao registro da suspensão e a convocação para a continuidade dos mesmos, bem como promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, desde que não implique em inclusão de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

31.3. O pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar falhas meramente formais constantes da documentação e proposta, desde que não comprometam a lisura do procedimento ou contrariem a legislação pertinente.



31.4. Os casos omissos serão dirimidos pelo pregoeiro, com observância da legislação em vigor.

31.5. Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, prevalecerá o Foro da Comarca de Macaúbas, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

31.6. No ato da aquisição do Edital o adquirente deverá observar se o seu exemplar está devidamente completo e acompanhado dos seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência;
Anexo II - Proposta de Preços ;
Anexo III - Modelo de Credencial;
Anexo IV - Modelo de Declaração de Micro e Pequena Empresa;
Anexo V - Declaração de Conhecimento e Atendimento as Condições de Habilitação;
Anexo VI - Declaração da Inexistência de Menor no quadro da Empresa;
Anexo VII - Planilha de Custos
Anexo VIII - Minuta do Contrato.

São Félix do Coribe - Bahia, 17 de Junho de 2016.

ADELMO PEREIRA DA SILVA
Pregoeiro do SAAE
Portaria 02/2016



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO

1.1. A presente Licitação tem por objeto Aquisição de combustíveis para fornecimento de Gasolina Comum e Óleo Diesel, destinados ao abastecimento dos veículos ciclomotores e automotores de propriedade do SAAE de São Félix do Coribe - Ba, conforme especificações, quantitativos e condições descritos abaixo:

2 - QUANTITATIVO

2.1: Descrição completa dos itens: Quantitativos

ITEM -	DESCRIÇÃO -	UNID -	QUANTIDADE
01	Gasolina Comum	Lt	8.500
02	Óleo Diesel S-500	Lt	6.000

2.1.2 - Local de entrega: O objeto desta Licitação será entregue de forma PARCELADA, conforme solicitação emitida pelo setor Administrativo do SAAE.

2.1.3 - O posto de combustível que irá prestar o abastecimento aos veículos do SAAE de São Félix do Coribe, deverá está localizado a um raio de até 10km da sede do escritório do SAAE, situado à Rua Ananias Lessa Carneiro, s/n - Bairro Bela Vista - São Félix do Coribe - Bahia.

2.1.4 - A referência e demais características, marcas, bem como o prazo de garantia dos bens ofertados, deverão, obrigatoriamente, ser informados na proposta.

2.1.5 - Todas as características declaradas devem ser descritas pelos licitantes.

2.1.6 - O contratado deverá garantir que o produto a ser fornecido está dentro dos padrões comerciais, oferecendo garantia contra qualquer tipo de adulteração.

2.1.7 - Os materiais informativos utilizados para comprovar as especificações dos produtos cotados, que estejam impressos em idioma diverso do nacional, deverão ser apresentados com tradução para o português.

2.1.8 - O prazo mínimo de garantia do produto será de 30 dias, conforme Art. 26, inciso I do CDC, lei 8.078 de 11 de setembro de 1990.

Avenida Luis Eduardo Magalhães, S/N - Centro, São Felix do Coribe - Bahia.

www.saofelixdocoribe.ba.gov.br / Tel.: (77)3491-2921

E-mail: diario.oficial@saofelixdocoribe.ba.gov.br

ASSINATURA DIGITAL - ICP/BRASIL: 512493DFF165FCE5E02C4EE9A4A35AD1



3 - JUSTIFICATIVA

3.1 - Diante das necessidades de deslocamentos diários e até algumas situações excepcionais em dias não úteis, há um gasto significativo de combustível em que a soma no exercício tem previsão de superar os valores limites de dispensa de licitação, não podendo utilizar outros meios legais de fornecimento.

O SAAE para melhor atender o desempenho das atividades imprescindíveis à operacionalização dos seus serviços, necessita fazer a aquisição de combustível para abastecimento dos veículos, visando suprir a demanda da Autarquia.

4 - DA AVALIAÇÃO DE CUSTOS

4.1 - Conforme exigência Legal, o Setor de Transportes do SAAE de São Félix do Coribe, realizou pesquisa de preços de mercado e estimativa de custos junto às empresas do ramo do objeto licitado, conforme mapa de apuração, apurando-se as médias aritméticas.

5 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

5.1 - O critério de julgamento será o de menor Preço Global, desde que observadas às especificações e demais condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

6 - DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA PARA A DESPESA

6.1 - O desembolso se fará mediante rubricas das dotações orçamentárias:

10.01 - SAAE

Projeto Atividade: 17.512.0050.2.03 - Operação e Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água.

Elemento de Despesa: 33.90.30.00 - Material de Consumo

Ocorrendo adequação orçamentária e financeira com o orçamento aprovado para o Serviço Autônomo de Água e Esgoto, conforme análise de Impacto Orçamentário e Autorização Orçamentária emitidas pelo setor de Contabilidade e Finanças, devidamente autorizado pelo Diretor geral do SAAE.

7 - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1 - O prazo de vigência do contrato será de 06(seis) meses, podendo ser reduzido ou prorrogado, mediante Termo Aditivo e acordo das partes, com eficácia a partir de sua publicação no Diário Oficial do Município - DOM.



8 - DETERMINAÇÕES ADICIONAIS

8.1 - Além das determinações contidas neste **Termo de Referência**, bem como daquelas decorrentes de lei, deverão ser observados os seguintes itens neste instrumento convocatório:

8.2 - É vedada a subcontratação parcial do objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da contratada, não se responsabilizando o contratante por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.

9. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS ESPECIFICAS

9.1 A contratação com o licitante vencedor obedecerá às condições do instrumento de contrato constante neste **Anexo**, facultada a substituição, a critério da Administração, por instrumento equivalente, desde que presentes as condições do art. 62 da Lei Federal nº. 8.666/93.

9.2. Recebimento do Objeto:

9.2.1. Os produtos serão recebidos nas seguintes condições:

9.2.1.1. Provisoriamente, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação, no prazo de até 03 (três) dias contados do seu recebimento. Sendo constatados defeitos e divergências das especificações, o setor responsável recusará o recebimento, dando ciência dos motivos da recusa à contratada, que assumirá todas as despesas daí decorrentes, sem prejuízo das penalidades previstas na lei, devendo, no prazo de máximo de 05 (cinco) dias contado a partir da notificação, repor o produto.

9.2.1.2. Definitivamente, após o decurso do prazo de verificação que comprove a adequação do fornecimento, ou, no caso em que não haja por parte da contratante, qualquer manifestação até o prazo final do recebimento provisório.

9.2.1.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela perfeita execução deste contrato, quanto à qualidade, correção e segurança do objeto contratado.

9.2.1.4. A **DANFE** de entrega deverá ser emitida em conformidade com as unidades de fornecimento indicadas em edital e da proposta do fornecedor.



PREGÃO PRESENCIAL 004/2016

ANEXO II

PROPOSTA DE PREÇOS

Prezados Senhores: Manifestando interesse em participar do processo licitatório instaurado por essa Autarquia, vimos apresentar a nossa proposta como participante do Pregão Presencial nº. 004/2016, cujo objeto é Aquisição de Combustíveis para Fornecimento de Gasolina Comum e Óleo Diesel S-500, destinados ao abastecimento dos veículos ciclomotores e automotores de propriedade do SAAE de São Félix do Coribe - Ba, Razão social:.....CNPJ:

Endereço Completo:

CEP:

Fone:.....Fax:

e-mail:

DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA: NOME DO BANCO: AGÊNCIA Nº:

CONTA CORRENTE Nº:

FORMA DE ENTREGA:

ENTREGA: CIF

Item	descrição	Quant	Valor	
			Unitário	Total
01	Gasolina Comum	8.500		
02	Óleo Diesel S-500	6.000		

Prazo de validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

Prazo de Fornecimento:

DADOS DO REPRESENTANTE QUE IRÁ ASSINAR O CONTRATO:

[Nome, nº do CPF, nº do RG, Estado civil, profissão e endereço residencial].

_____, _____ de _____ de 2016.

[Assinatura e carimbo]



PREGÃO PRESENCIAL 004/2016

ANEXO III

MODELO DE CREDENCIAL

Credencio o Senhor(a),
(nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de
Identidade nº, expedido pela, devidamente
inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob
o nº., residente à Rua, nº
..... como meu mandatário, para representar esta empresa, com
poderes para praticar todos os atos necessários, relativos ao
procedimento licitatório, em especial apresentar documentos, prestar
declarações de qualquer teor, impugnar, recorrer, apresentar contra
razões de recursos, desistir de prazos de interposição de recursos e
do direito aos mesmos, a que tudo será dado como bom, firme e
valioso.

_____, Ba de _____ 2016

(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)



PREGÃO PRESENCIAL N°. 004/2016

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO

Em cumprimento ao Instrumento Convocatório acima identificado, declaramos para os fins da parte final do inciso VII do artigo 4º da Lei Federal nº 10.520/02, termos conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, e ainda:

Para os fins do tratamento diferenciado e favorecido de que cogita a Lei Complementar nº 123/06 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, declaramos:

() Que não possuímos a condição de microempresa, nem a de empresa de pequeno porte.

() Que estamos enquadrados, na data designada para o início da sessão pública, na condição de microempresa e que **não estamos incursos nas vedações a que se reporta § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06** alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

() Que estamos enquadrados, na data designada para o início da sessão pública, na condição de pequeno porte e que **não estamos incursos nas vedações a que se reporta § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123** alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

() para os efeitos do § 1º do art. 43 da Lei complementar nº 123/06 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, haver restrição na comprovação da nossa regularidade fiscal, a cuja regularização procederemos no prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento da declaração do vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, cientes de que a não-regularização da documentação, no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal 8.666/93, especialmente a definida no art. 86.

_____ de _____ de 2016.

RAZÃO SOCIAL E CNPJ
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
E ASSINATURA



PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2016

ANEXO V

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO E ATENDIMENTO ÀS
EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

A (nome da empresa)..... CNPJ, nº,
com sede à,
declara, que tem conhecimento do edital do Pregão Presencial nº.
04/2016 e atende às exigências de habilitação, conforme preceitua o
art. 4º inciso VII, sob pena das sanções previstas do art. 7º da Lei
10.520/02.

Data e Local

Assinatura do Diretor ou Representante Legal



PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2016

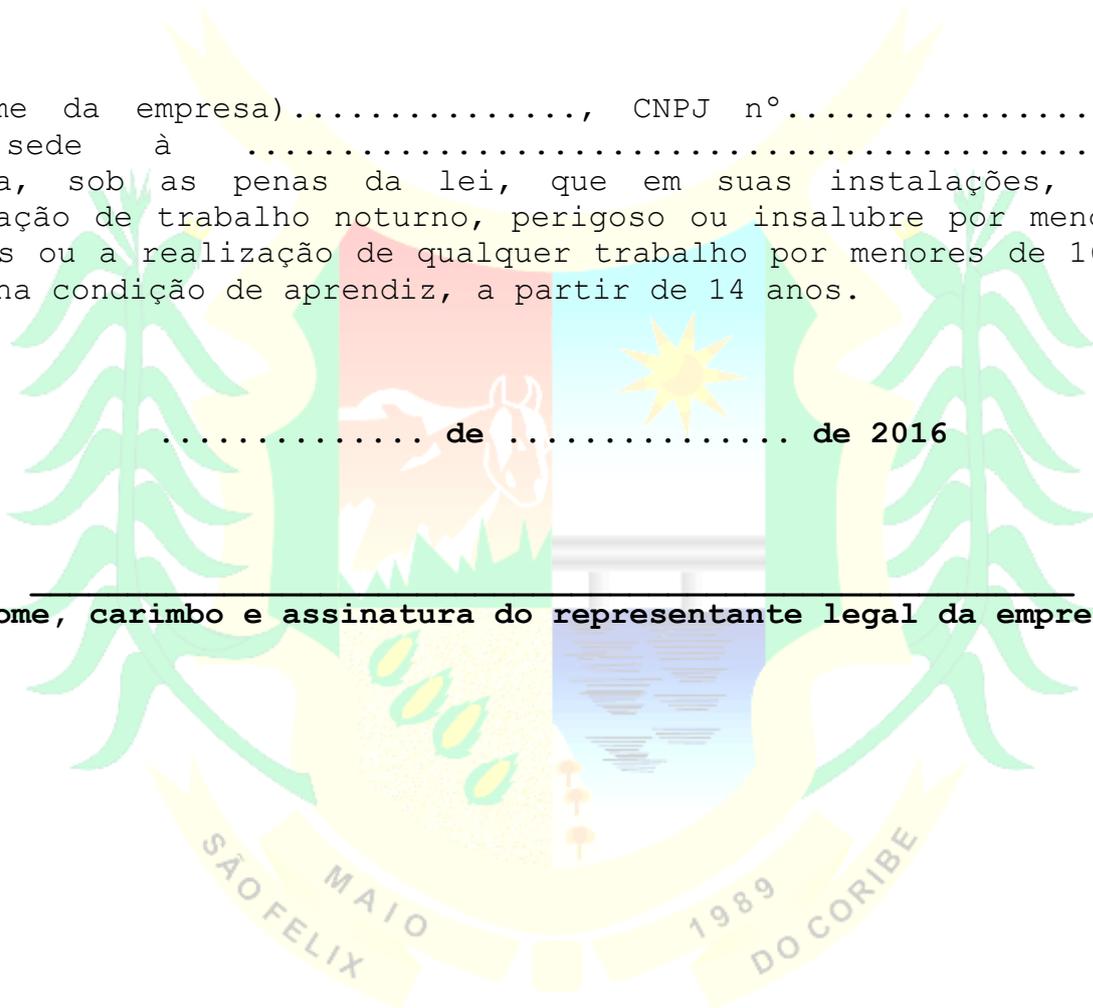
ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MENOR NO QUADRO DA EMPRESA

A (nome da empresa)....., CNPJ nº....., com sede à, declara, sob as penas da lei, que em suas instalações, não há realização de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 anos ou a realização de qualquer trabalho por menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

..... de de 2016

(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)





ANEXO VII

PLANILHA ESTIMATIVA DE PREÇO

Item	descrição	Quant	Valor	
			Unitário	Total
01	Gasolina Comum	8.000	3,90	31.200,00
02	Óleo Diesel S-500	6.000	3,10	18.600,00
TOTAL GERAL				49.800,00





ANEXO VIII

MINUTA DO CONTRATO /2016

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO FÉLIX DO CORIBE- BAHIA E A EMPRESA _____

Pelo presente instrumento de contrato, o SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE SÃO FÉLIX DO CORIBE- BAHIA, com CNPJ nº 16.431.082/0001-69, situada à Rua Ananias Lessa Carneiro, s/n - Bairro Bela Vista em São Félix do Coribe - Bahia, neste ato representado pelo Sr. Diretor, o Sr. AILTON JOSÉ DA SILVA, Carteira de Identidade nº XX , CPF nº, residente e domiciliado na Rua _____, de agora em diante denominado CONTRATANTE, e do outro lado a empresa _____, situada à _____, inscrita no CNPJ nº _____, daqui por diante denominada CONTRATADA, representada neste ato por _____, portador da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF nº _____, residente e domiciliado à _____, conforme Processo Administrativo nº21/2016 referente Pregão Presencial nº004/2016, têm entre si ajustado um contrato sob as seguintes cláusulas, condições e obrigações.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Aquisição de combustíveis para fornecimento de Gasolina Comum e Óleo Diesel, destinados ao abastecimento dos veículos ciclomotores e automotores de propriedade do SAAE de São Félix do Coribe - Ba, conforme descrito abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.
001	Gasolina Comum	Litros	8.000
002	Óleo Diesel S-500	Litros	6.000

1.2. Fazem parte integrante deste Contrato, independente de sua transcrição, o Edital de Licitação Pregão Presencial nº 004/2016 e a Proposta da Contratada.

CLAUSULA SEGUNDA - DO FORNECIMENTO

2.1. Os produtos objeto desta licitação serão fornecidos diretamente na bomba através de Ordem de Fornecimento, emitida pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São Félix do Coribe - BA.

Avenida Luis Eduardo Magalhães, S/N - Centro, São Felix do Coribe - Bahia.

www.saofelixdocoribe.ba.gov.br / Tel.: (77)3491-2921

E-mail: diario.oficial@saofelixdocoribe.ba.gov.br

ASSINATURA DIGITAL - ICP/BRASIL: 512493DFF165FCE5E02C4EE9A4A35AD1



2.2. A Contratante poderá emitir as Ordens de Fornecimento de acordo com as suas necessidade e a Contratada será obrigada a atendê-las imediatamente após a sua apresentação.

2.3. A Contratada emitirá Nota Fiscal/Fatura para o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São Félix do Coribe, no primeiro dia do mês seguinte, nas quantidades correspondentes ao total das Ordens de Fornecimento atendidas no mês anterior, acompanhada das Prova de Regularidade com o INSS, com o FGTS, com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do Município ou sede do licitante e CNDT.

2.4. A Contratada deverá responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, tributária e trabalhista.

2.5 A Contratada deverá manter durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação exigidas na Licitação.

2.6. A Contratada não poderá transmitir a terceiros, total ou parcialmente, o fornecimento objeto deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1 O pagamento será efetuado em **até 10 (dez) dias** após a apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo setor responsável pela utilização dos produtos.

3.2. Nenhum pagamento isentará a Contratada das responsabilidades contratuais, nem implicará aprovação definitiva da execução do objeto desta licitação.

CLAUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO

4.1 A despesa com a execução deste contrato correrão à conta dos recursos constantes do orçamento do Serviço Autônomo de Água e Esgoto, a saber:

Unidade: 10.01 - SAAE

Projeto Atividade: 17.512.0050.2.03 - Operação e Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água.

Elemento de Despesa: 33.90.30.00 - Material de Consumo

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR

5.1. O valor total a ser pago pelo fornecimento dos materiais objeto deste contrato será de **R\$ _____**, parceladamente, de acordo com as Notas Fiscais/Danfe emitidas.



CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO

6.1. Os preços dos produtos poderão ser reajustados para mais ou para menos, quando comprovada a majoração e/ou redução dos preços através de índices fornecidos por Órgãos Oficiais de Controle.

CLÁUSULA SETIMA - DA VIGÊNCIA

7.1. A vigência do presente contrato será de 06(seis) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo, quando do interesse das partes.

CLAUSULA OITAVA - DA GARANTIA

8.1. Em conformidade com o disposto no Artigo 56 da Lei n.º 8.666/93, foi dispensada a garantia.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1. A Contratada ficará sujeita, em caso de inadimplência de suas obrigações contratuais, às penalidades e sanções previstas no Capítulo IV - Seções I, II e III da Lei n.º 8.666/93, sem prejuízo de responsabilidade civil e criminal.

9.1.1. Caberá a Administração aplicar as sanções motivadas pela inexecução parcial ou total do ajuste, valendo-se de:

- 1- Multa de 1% sobre o valor global do contrato, em caso de inexecução parcial o contrato;
- 2 - A multa de mora será de 0,5 (meio por cento), por dia de atraso injustificado sobre o valor dos produtos não entregues na forma avançada, a partir da data em que deveria ser cumprida a obrigação, facultada ao Município, a rescisão unilateral do contrato.
- 3 - Além da multa estipulada no inciso anterior, suspensão temporária por um ano de participação em licitação com a respectiva autarquia, em caso de inexecução total do contrato.
- 4 - Será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato a multa aplicável, cumulativamente ou não, no caso de inexecução total ou parcial do contrato.

CLÁUSULA DECIMA - DA RESCISÃO

10.1. O presente Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, de conformidade com o disposto no Capítulo III, Seção V da Lei n.º 8.666/93.

Avenida Luis Eduardo Magalhães, S/N - Centro, São Felix do Coribe - Bahia.

www.saofelixdocoribe.ba.gov.br / Tel.: (77)3491-2921

E-mail: diario.oficial@saofelixdocoribe.ba.gov.br

ASSINATURA DIGITAL - ICP/BRASIL: 512493DFF165FCE5E02C4EE9A4A35AD1



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

11.1. A Contratante providenciará a publicação resumida do presente instrumento, nos termos do Parágrafo Único do Art. 61 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1. Eleger-se-á o FORO DE SANTA MARIA DA VITÓRIA - BAHIA, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para apreciar e dirimir as dúvidas e controvérsias porventura decorrentes da interpretação e execução deste contrato.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e único efeito, na presença das testemunhas abaixo.

São Félix do Coribe - Bahia, ____ de ____ de 2016.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
Representante legal: Ailton José da Silva
CPF n° _____

CONTRATADA.
Representante legal:
CPF n° _____

TESTEMUNHAS :

1) _____
NOME
CPF N° _____

2) _____
NOME
CPF N° _____



TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Administrativo nº 22/2016

Modalidade: Dispensa de Licitação nº 10/2016

Publique-se o presente Termo referente à modalidade de Dispensa de Licitação nº 10/2016, cujo objeto é a *Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Abertura e Reaterro de 1.362 metros lineares de Valas para Extensão de Redes de Distribuição de Água nas localidades de: 300 metros no Brejo do Mozondó, 200 metros no Mozondó, 462 metros Baixa Verde e 400 metros na Alagoinhas*, pela modalidade de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, nos termos do art. 24, inciso II da Lei 8.666/93. Fica homologada, de acordo com a Lei de Licitações nº. 8.666/93, suas alterações, demais regulamentações que regem a matéria e, a contratação da Empresa **MILTON NERIS SANTANA**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 15.916.185/0001-56, com endereço na Rua Jaborandi, nº 60 - Bairro Bela Vista - São Félix do Coribe - Bahia para cumprimento do objeto do Processo Administrativo nº 22/2016 perfazendo o valor global de R\$ 4.086,00 (Quatro Mil, Oitenta e Seis Reais).

São Félix do Coribe - Bahia, 17 de Junho de 2016.

Ailton José da Silva
Diretor do SAAE



Aviso de Dispensa de Licitação com os respectivos dados:

Processo Administrativo nº 22/2016

Modalidade: Dispensa de Licitação nº 10/2016

OBJETO: *Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Abertura e Reaterro de 1.362 metros lineares de Valas para Extensão de Redes de Distribuição de Água nas localidades de: 300 metros no Brejo do Mozondó, 200 metros no Mozondó, 462 metros Baixa Verde e 400 metros na Alagoinhas.*

CONTRATADO: **MILTON NERIS SANTANA**, Inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 15.916.185/0001-56, com endereço na Rua Jaborandi, nº 60 - Bairro Bela Vista, em São Félix do Coribe - Bahia.

PREÇO: O preço global para a execução dos serviços conforme especificado no objeto acima será de R\$ 4.086,00 (Quatro Mil, Oitenta e Seis Reais) a ser executado no período de 17/06/2016 a 16/07/2016.

Deferimento:

É justificável a Dispensa de Licitação para a contratação dos serviços especificados conforme objeto acima, segundo o Art. 24 inciso II, da Lei 8.666/93.

Defiro a presente contratação devido ao preço oferecido está compatível com o praticado no mercado.

São Félix do Coribe- Bahia, 17 de Junho de 2016

Ailton José da Silva
Diretor do SAAE



RESUMO DE CONTRATO

Processo Administrativo nº 22/2016
Modalidade: Dispensa de Licitação nº 10/2016

Contrato firmado em 17/06/2016

CONTRATANTE: Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE

CNPJ: 16.431.082/0001-69

CONTRATADA: Milton Neris Santana

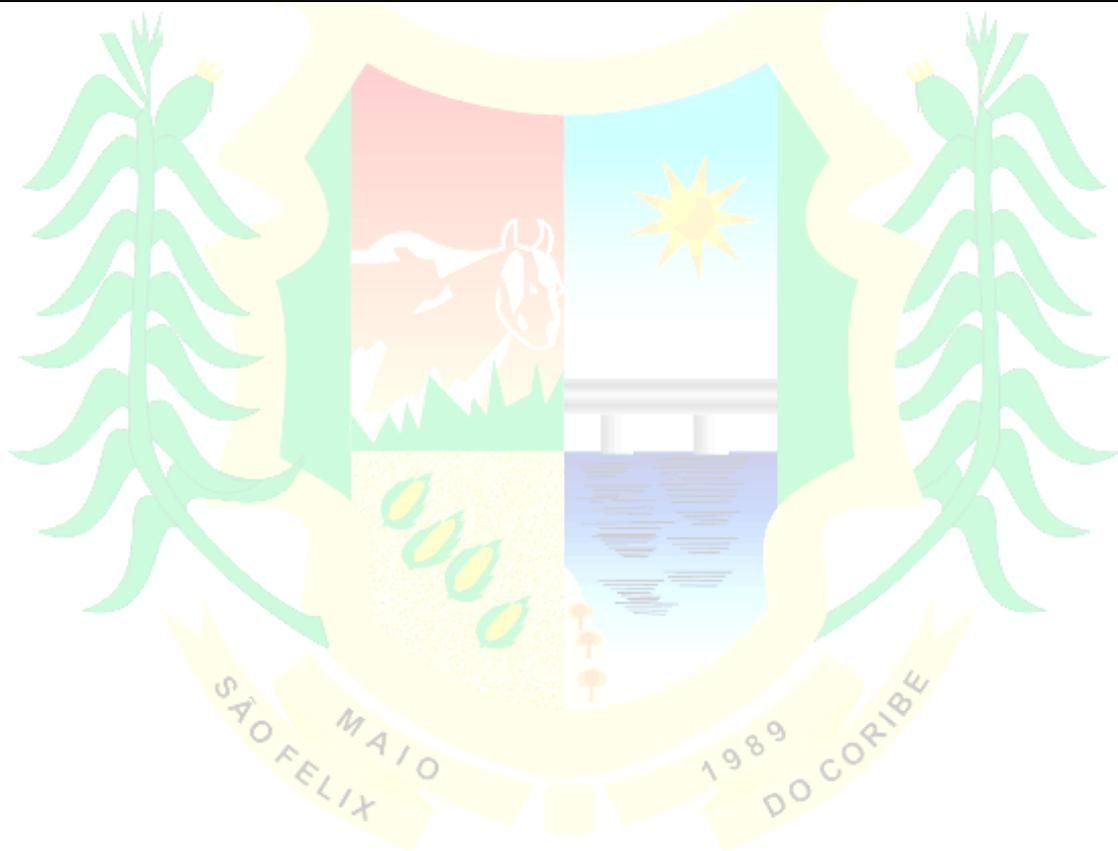
CNPJ: 15.916.185/0001-56

OBJETO: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Abertura e Reaterro de 1.362 metros lineares de Valas para Extensão de Redes de Distribuição de Água nas localidades de: 300 metros no Brejo do Mozondó, 200 metros no Mozondó, 462 metros Baixa Verde e 400 metros na Alagoinhas.

VALOR GLOBAL: R\$ 4.086,00 (Quatro Mil, Oitenta e Seis Reais)

REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por Preço Global.

VIGÊNCIA: iniciando-se em 17/06/2016 a 16/07/2016





TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Administrativo nº 23/2016

Modalidade: Dispensa de Licitação nº 11/2016

Publique-se o presente Termo referente à modalidade de Dispensa de Licitação nº 11/2016, cujo objeto é a *Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Obras e Engenharia na retirada de Madeira existente e Montagem das Chicanas de Madeira do Floculador Hidráulico na Estação de Tratamento de Água Conforme Planilha* em anexo pela modalidade de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, nos termos do art. 24, inciso I da Lei 8.666/93. Fica homologada, de acordo com a Lei de Licitações nº. 8.666/93, suas alterações, demais regulamentações que regem a matéria e, a contratação da Empresa **AP SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES LTDA**, inscrito no CNPJ/ME sob o n.º 08.022.461/0001-77, com endereço na Rua Leblon, nº 02 - Parque de Exposição - Santa Maria da Vitória - Bahia para cumprimento do objeto do Processo Administrativo nº 23/2016 perfazendo o valor global de R\$ 9.928,88 (Nove Mil, Novecentos e Vinte e Oito Reais e Oitenta e Oito Centavos).

São Félix do Coribe - Bahia, 17 de Junho de 2016.

Ailton José da Silva
Diretor do SAAE



**Aviso de Dispensa de Licitação com os respectivos
dados:**

Processo Administrativo nº 23/2016

Modalidade: Dispensa de Licitação nº 11/2016

OBJETO: *Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Obras e Engenharia na retirada de Madeira existente e Montagem das Chicanas de Madeira do Floculador Hidráulico na Estação de Tratamento de Água Conforme Planilha em anexo.*

CONTRATADO: **AP SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES LTDA**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 08.022.461/0001-77, com endereço na Rua Leblon, nº 02 - Parque de Exposição - Santa Maria da Vitória - Bahia.

PREÇO: O preço global para a execução dos serviços conforme especificado no objeto acima será de R\$ 9.928,88 (Nove Mil, Novecentos e Vinte e Oito Reais e Oitenta e Oito Centavos) a ser executado no período de 17/06/2016 a 16/08/2016.

Deferimento:

É justificável a Dispensa de Licitação para a contratação dos serviços especificados conforme objeto acima, segundo o Art. 24 inciso I, da Lei 8.666/93.

Defiro a presente contratação devido ao preço oferecido está compatível com o praticado no mercado.

São Félix do Coribe- Bahia, 17 de Junho de 2016

Ailton José da Silva
Diretor do SAAE



RESUMO DE CONTRATO

Processo Administrativo nº 23/2016

Modalidade: Dispensa de Licitação nº 11/2016

Contrato firmado em 17/06/2016

CONTRATANTE: Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE

CNPJ: 16.431.082/0001-69

CONTRATADA: AP Serviços de Construções Ltda

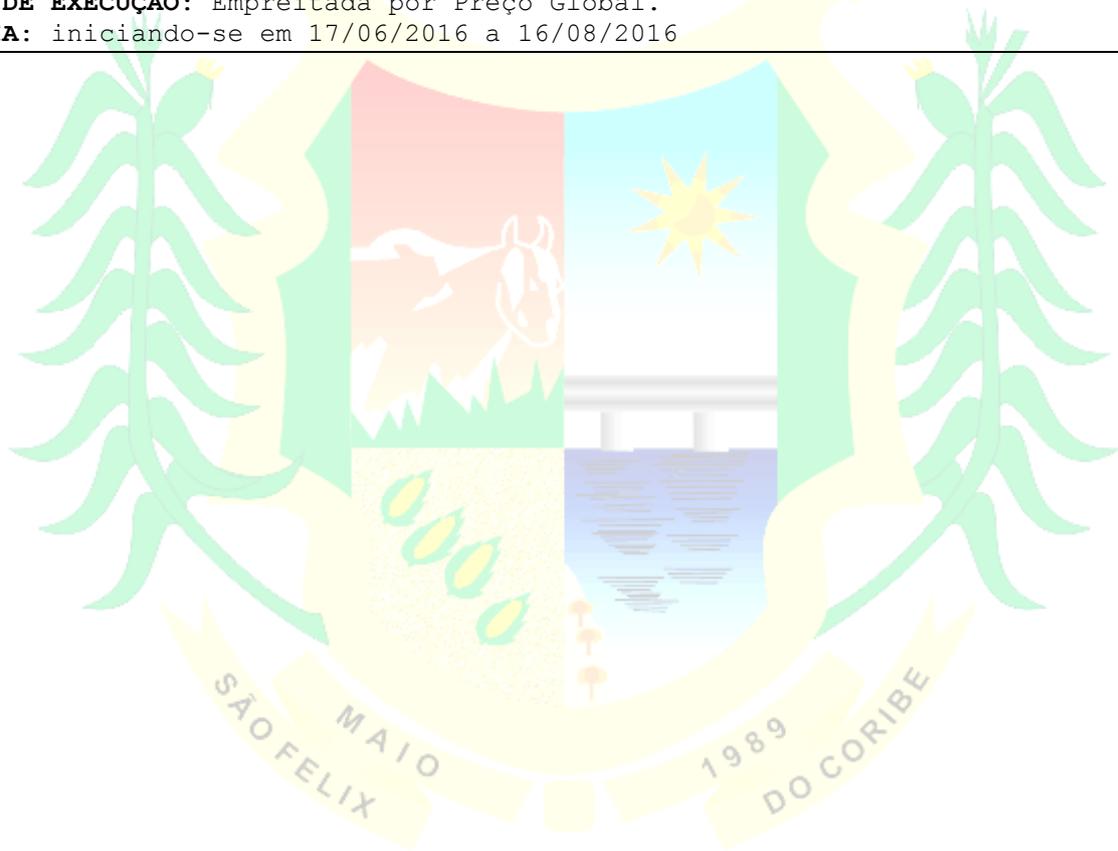
CNPJ: 08.022.461/0001-77

OBJETO: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Obras e Engenharia na retirada de Madeira existente e Montagem das Chicanas de Madeira do Floculador Hidráulico na Estação de Tratamento de Água.

VALOR GLOBAL: R\$ 9.928,88 (Nove Mil, Novecentos e Vinte e Oito Reais e Oitenta e Oito Centavos)

REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por Preço Global.

VIGÊNCIA: iniciando-se em 17/06/2016 a 16/08/2016





Rua Ananias Lessa Carneiro, s/n - Bairro Bela Vista
São Félix do Coribe - Bahia - Tel - (77)3491-1875
CNPJ nº 16.431.082/0001-69

PORTARIA SAAE SFC 07/2016

O Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São Félix do Coribe - Bahia, no uso das atribuições legais, que lhe confere o decreto municipal nº 124 de 02 de janeiro de 2013.

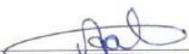
Considerando a falta de água desde 06 junho de 2016, devido manutenção corretiva no poço artesiano;
Considerando a paralisação total do abastecimento de água nas localidades que compõem o setor 09 no interior do município sendo: (Aguada, Alagoinhas, Bom Já É, Caldeirão, Cerrado, Lagoa das Abelhas e Olho d' água).

Resolve:

Art. 1º - Interromper as cobranças de tarifas de água nas localidades citadas até que sejam sanados os problemas.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

São Félix do Coribe ba, 17 de junho de 2016.


Ailton José da Silva
Diretor do Saae



COMUNICADOS CÂMARA



CÂMARA MUNICIPAL
SÃO FÉLIX DO CORIBE - BA



Ezio Pires da Silva
Câmara Municipal
de São Félix do Coribe-BA
Ezio Pires da Silva
Presidente

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 01/2016

“Dispõe sobre APROVAÇÃO das contas anuais do Poder Executivo de São Félix do Coribe, relativo ao exercício financeiro de 2014, sob a responsabilidade do Sr. Moacir Pimenta Montenegro”

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO CORIBE/BA, através de seu Presidente, no gozo das suas atribuições previstas no art. 34, inc. VIII, da Lei Orgânica Municipal, e nos arts. 23, inc. XV, e 86, §1º, “a”, §2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal, e

CONSIDERANDO PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS/PROCESSO Nº 08391-15/Exercício Financeiro de 2014 da Prefeitura Municipal de SÃO FELIX DO CORIBE Gestor: Sr. Moacir Pimenta Montenegro com PARECER PRÉVIO DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO, Opina pela aprovação, porém com ressalvas, das contas anuais do Poder Executivo Municipal de São Félix do Coribe, relativas ao Exercício de 2014;

CONSIDERANDO as irregularidades apontadas pelo Parecer Prévio/TCM nº. 08391-15;

CONSIDERANDO a submissão destas contas anuais de 2014 ao Plenário em sessão ordinária ocorrida nesta data, na qual se apurou 06(seis) votos pela aprovação das contas e 02(dois) votos pela sua rejeição, registrando 01(uma) ausência;

**Avenida Ernesto Geisel, 90 - Centro - São Félix do Coribe - Bahia
Tel: (77) 3491-1826 / 3491-1513 - CEP: 47.665-000**

Avenida Luis Eduardo Magalhães, S/N – Centro, São Felix do Coribe – Bahia.

www.saofelixdocoribe.ba.gov.br / Tel.: (77)3491-2921

E-mail: diario.official@saofelixdocoribe.ba.gov.br

ASSINATURA DIGITAL - ICP/BRASIL: 512493DFF165FCE5E02C4EE9A4A35AD1



CÂMARA MUNICIPAL

SÃO FÉLIX DO CORIBE - BA

UM PODER A SERVIÇO DO POVO

GESTÃO 2015 / 2016

CONSIDERANDO que não foi alcançado o quórum constitucional de 2/3 dos membros da Casa Legislativa, com fins à modificação da opinião dada pelo Parecer Prévio/TCM nº. 08391-15, nos termos do § 2º, do art. 31, da Carta Magna de 1988;

FAZ SABER que a Câmara Municipal de São Félix do Coribe/BA discutiu e deliberou as aludidas contas de 2014, promulgando-se o presente Decreto Legislativo, nos seguintes termos:

Art. 1º - Ficam aprovadas, porque regulares, porém com ressalvas, as contas anuais, relativas ao exercício financeiro de 2014, da Prefeitura Municipal de São Félix do Coribe, sob a responsabilidade do Sr. Moacir Pimenta Montenegro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Câmara Municipal de São Félix do Coribe/BA, 07 de junho de 2016.

EZIO PIRES DA SILVA

Presidente da Mesa Diretora

Câmara Municipal
de São Félix do Coribe-BA
Ezio Pires da Silva
Presidente

AVENIDA ERNESTO GEISEL, 90 - CENTRO - SÃO FÉLIX DO CORIBE - BAHIA
TEL: (77) 3491-1826 / 3491-1513 - CEP: 47.665-000

Avenida Luis Eduardo Magalhães, S/N – Centro, São Felix do Coribe – Bahia.

www.saofelixdocoribe.ba.gov.br / Tel.: (77)3491-2921

E-mail: diario.oficial@saofelixdocoribe.ba.gov.br

ASSINATURA DIGITAL - ICP/BRASIL: 512493DFF165FCE5E02C4EE9A4A35AD1